

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.



## **MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS NO BRASIL: O CONTROLE FRONTEIRIÇO E MIGRATÓRIO DAS FORÇAS ARMADAS NO ACRE E RORAIMA E OS CASOS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA, SENEGALESA E VENEZUELANA**

### **MIGRATION AND FRONTIERS IN BRAZIL: THE BORDER AND MIGRATORY CONTROL OF ARMED FORCES IN ACRE AND RORAIMA AND THE CASES OF HAITIAN, SENEGAL AND VENEZUELAN IMMIGRATION**

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg <sup>1</sup>  
RALDI, Amanda <sup>2</sup>  
GODINHO, Bruno Pereira <sup>3</sup>  
SILVA, Daniel Joaquim Padilha da <sup>4</sup>  
LEITE, Matheus Bitencourt <sup>5</sup>  
OLIVEIRA, Sabrina Garcia de <sup>6</sup>

<sup>1</sup> Professor do Curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis. Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). E-mail: robertouebel@saofranciscocodeassis.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: raldi.amandar@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: bruno.yunnin@gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: danieljpadilha@gmail.com

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: matheus\_b\_leite@hotmail.com

<sup>6</sup> Acadêmica do Curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: sabrinagarcia.o@outlook.com

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

**Resumo:** Nos últimos dez anos o Brasil foi cenário de um novo processo imigratório capitaneado por migrantes da África e América Latina. Neste contexto, cerca de 2,1 milhões de novos migrantes ingressaram nas fronteiras brasileiras em busca de trabalho, asilo político ou refúgio. Nas fronteiras do Arco Norte - Região Amazônica - milhares de haitianos, senegaleses e venezuelanos aportaram nos Estados do Acre e Roraima, respectivamente, demandando uma imediata resposta governamental e estatal. Assim, este artigo analisará a atuação das Forças Armadas no controle fronteiriço e migratório do Brasil para dois casos específicos, que despertaram o debate nacional sobre o papel da Garantia da Lei e da Ordem e das próprias forças militares, a saber: o caso do Acre (haitianos e senegaleses) e o de Roraima (venezuelano). Como referencial teórico, utilizamos a literatura dos Estudos Estratégicos Internacionais e conceitos das Teorias de Relações Internacionais modernas. Os resultados indicam uma mudança no comportamento e atuação das Forças Armadas, o papel do *know-how* obtido nas missões humanitárias na África e no Haiti e as agendas de coordenação e centralização atribuídas extra-institucionalmente às Forças Armadas no período estudado nas searas de controle migratório e fronteiriço.

**Palavras-chave:** Forças Armadas Brasileiras. Fronteiras. Migrações. Acre. Roraima.

**Abstract:** In the last ten years, Brazil has been the scenario of a new immigration process led by migrants from Africa and Latin America. In this context, about 2.1 million new migrants have been admitted in the Brazilian borders in search of work, political asylum or refuge. At the borders of the Northern Arc - Amazon Region - thousands of Haitians, Senegalese and Venezuelans arrived in the states of Acre and Roraima, respectively, demanding an immediate governmental and state response. Thus, this article will analyze the role of the Armed Forces in the border and migration control of Brazil for two specific cases, which aroused the national debate on the role of Law and Order Guarantee and the military itself, namely: the case of Acre (Haitians and Senegalese) and Roraima (Venezuelan). As a theoretical framework, we use the literature of the International Strategic Studies and concepts of the Modern Theories of International Relations. The results indicate a change in the actions and performance of the Armed Forces, the role of know-how gained in humanitarian missions in Africa and Haiti and the coordination and centralization agendas that were extra-institutionally assigned to the Armed Forces during the period studied in the fields of migration and border control.

**Keywords:** Brazilian Armed Forces. Borderlands. Migrations. Acre. Roraima.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir o fluxo imigratório de haitianos, senegaleses e venezuelanos, bem como as suas causas e repercussões e a atuação das Forças Armadas do Brasil nos Estados do Acre e Roraima, a fim de compreender o papel da manutenção e garantia da Lei e da Ordem nos controles fronteiriços e migratórios brasileiros. Destarte, a justificativa para este estudo parte da necessidade de se explorar e estudar profundamente os aspectos históricos para

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

saber em que marco estamos e como chegamos nele, possibilitando analisar também o porquê dos casos do Acre e Roraima estarem tomando proporções tão grandes e discutidas pelos Estudos Estratégicos.

A reflexão sobre os aspectos históricos é de extrema importância para observarmos, neste artigo, como progredimos com o passar dos anos. Em seu contexto, o progresso da segurança no Brasil e nas fronteiras foi gradual e estruturado a cada novo governo. Pode-se dizer que, na administração de Fernando Henrique Cardoso, o marco inicial para a movimentação da segurança nos limites fronteiriços foi a união do Conselho de Relações Exteriores e da Defesa Nacional, que desencadeou como resultado a Política de Defesa Nacional.

Na sequência deste, outros projetos também foram criados, tanto pelo Governo Federal, quanto pelas Secretarias de Segurança dos Estados e Municípios para ampliar a proteção nas fronteiras com a intenção de reprimir e prevenir crimes (como tráfico e contrabando) e ter um maior controle, que acabaria por repercutir nas questões fronteiriças e migratórias, isto é, da mobilidade humana.

Porém, mesmo com os diversos projetos designados à proteção das fronteiras e aumento da tecnologia para fiscalização e prevenção de crimes, identificamos ainda algumas deficiências por consequência da grande área verde localizada no Arco Norte, muito próximo ao território amazônico. Então, na seção dedicada ao estudo do Acre, observaremos cenários com a escassez de tecnologia, de recursos, baixa densidade demográfica, a grande dificuldade para as Forças Armadas protegerem sua extensão (por conta de seu território ser 90% coberto por florestas) e as complicações devido à grande quantidade de pessoas recebidas pelo Estado com a imigração, sobretudo de haitianos e senegaleses.

Essa falta de recursos, anteriormente citada, mostra que o Estado não tinha e ainda não apresenta capacidade suficiente para acolher tantos imigrantes que estão constantemente chegando, resultando em um desequilíbrio e piorando tanto a situação das pessoas que já moravam na região quanto a dos imigrantes recém-chegados.

Já em Roraima, a crise intensa com os venezuelanos tomou grandes proporções, precisando de uma maior atenção e organização frente as dificuldades apresentadas como os conflitos, o fechamento da fronteira (por parte da Venezuela), grande fluxo de migrantes e a distribuição destes pelo Brasil com documentação apropriada e auxílio devido. Esses assuntos se espalharam pela imprensa brasileira e chamaram atenção de vários movimentos humanitários e organizações

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

internacionais como o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Diversas ONGs se dispuseram a promover e auxiliar esses eventos para que os venezuelanos se estabilizassem dentro do país e pudessem ter suas vidas normalizadas outra vez, amenizando o grande impacto.

Os amplos projetos que foram desenvolvidos desde que os deslocamentos iniciaram acarretou uma grande metamorfose por parte dos brasileiros, despertando uma vasta quantidade de pessoas dispostas a solidarizar-se perante as dificuldades dos imigrantes.

Tão logo, ao longo deste artigo poderemos ver com detalhes cada palco principal regional e internacional, como cada um deles se transforma para lidar com seus problemas em comum, uma vez que todos os citados acima fazem fronteira com algum país e geram possibilidades de conflitos regionais.

Isto posto, as Forças Armadas atuam como forças pacificadoras e intervêm quando a segurança dos brasileiros é ameaçada, assim como o auxílio e controle de diversos fatores que influenciam toda uma estrutura dentro do país.

Nesse contexto podemos inferir que os objetivos em questão são: a visualização nítida dos problemas, as resoluções proporcionadas dentro e fora do Governo, ações das forças armadas para com conflitos nas fronteiras e nos territórios brasileiros, organização e proteção. Deste modo, o artigo está dividido em três seções analíticas, além desta introdução e das considerações finais, tendo como pano de fundo a discussão do papel e atuação das Forças Armadas Brasileiras no controle fronteiriço e migratório do país nos casos da imigração haitiana e senegalesa no Estado do Acre e, mais recentemente, da imigração venezuelana no Estado de Roraima.

## **2 A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL NO CONTROLE FRONTEIRIÇO E MIGRATÓRIO: ASPECTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS**

### **2.1 Limites Fronteiriços**

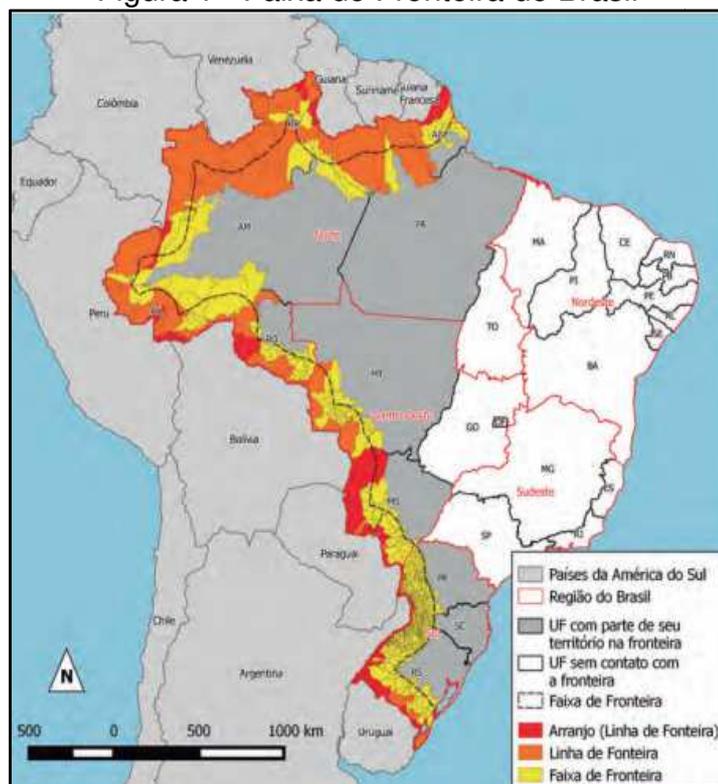
O Brasil é o país com o maior território da América Latina, fazendo fronteira com nove países sul-americanos e uma região ultramarina francesa. 588 municípios brasileiros fazem parte do Arco Norte, limitando essa divisa em 16.886 km ao total.

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

A faixa de fronteira (Figura 1) é dividida em três arcos. O primeiro, o Arco Norte que compõe os Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O segundo, o Arco Central que compõe os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o terceiro, o Arco Sul que compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os mesmos foram subdivididos por critérios de identidade cultural (PÊGO et al., 2017).

Esses critérios aplicam-se também nos quesitos de segurança desses arcos, que contemporaneamente, implica-se a questões de criminalidade, tráfico (de pessoas e substâncias ilícitas) contrabando e violência social, do que propriamente a conflitos militares sul-americanos, que traz uma diferenciação de como proteger cada uma dessas áreas.

Figura 1 - Faixa de Fronteira do Brasil



Fonte: Pêgo et al. (2017, p. 38). Elaborado por Grupo Retis

## 2.2 Cenário Pós-Guerra Fria: Governos FHC e Lula

Mesmo o Brasil convivendo harmonicamente com seus vizinhos sul-americanos, o final do século XX, pós-cenário Guerra Fria, desencadeou uma nova postura de política doméstica na definição de papel das Forças Armadas.

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

As mudanças na política estiveram relacionadas com a sólida ligação do Brasil com a Argentina com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, nos quais ambos governos eram coordenados pelo regime militar, criando uma cooperação mútua entre os dois países, logo em seguida, também consolidada com a criação do Mercosul. Com essa estabilização no Arco Sul, surgiu a preocupação com o Arco Norte, mais precisamente com a Amazônia, levando assim ao Tratado de Cooperação Amazônica, assinado juntamente com Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Venezuela, que garantia a soberania do Brasil sobre os direitos dos recursos naturais, mas num contexto de cooperação com os demais. Essas interações internacionais trouxeram à tona uma necessidade de segurança militar nessas áreas (ANDRADE; LIMA, 2018).

Então, no segundo ano do Governo Fernando Henrique Cardoso a união do Conselho de Relações Exteriores e Defesa Nacional que abordava as questões de segurança, defesa e integração nas fronteiras, surgindo como resultado a Política de Defesa Nacional, instituída na Constituição Federal e abrangendo o desígnio da defesa e segurança nacional. Também, realizou a criação do Ministério da Defesa que unificava as Forças Militares, Aéreas e Marinhas, trazendo uma nova matriz na Política de Defesa e Política Externa. Contudo, os militares não tinham uma atuação estruturada na política externa do país no governo FHC, conquistando uma nova visão no Governo seguinte presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, o qual nomeou Nelson Jobim como ministro do Ministério de Defesa, que deu prioridade aos assuntos da agenda internacional, e sucessivamente inseriu os militares nesses assuntos. (BARBALHO et al., 2015).

### **2.3 Política e Estratégia de Defesa nas fronteiras**

Com a inserção dos militares na agenda internacional, desenvolveu-se o papel das Forças Armadas na integração regional com países vizinhos, no que diz respeito ao controle fronteiriço e, subsequentemente, migratório.

O Plano Estratégico de Fronteiras, criado pelo Governo Federal sob o Decreto nº 7496, 8 de junho de 2011, (atualmente revogado pelo Decreto nº 8903, 16 de novembro de 2016) propõe a atuação das Forças Armadas e Secretaria da Receita Federal do Brasil no controle de crimes e tráfico nos limites fronteiriços e:

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

Tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano Estratégico de Fronteiras estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuantes nas regiões (SANTOS, 2015, p. 54).

Com o surgimento do Plano Estratégico, desenvolveu-se também a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), regida pela Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) no qual engloba órgãos de âmbito federal, estadual e municipal, promovendo a segurança pública nas fronteiras.

O escopo do programa está lastreado por seis eixos: diagnóstico, acompanhamento e avaliação; integração sistêmica e cooperação; política nacional uniforme; inovações tecnológicas; política de pessoal e inteligência de segurança pública. Todos eles orientam ações para a execução dos objetivos do Programa e o aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Pública na faixa de fronteira em estruturas de prevenção e repressão aos ilícitos fronteiriços e os projetos são gerenciados de modo coordenado para obtenção de benefícios e controle (BRASIL, 2013).

Para maximizar os objetivos estratégicos nas fronteiras, constituíram-se os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, junto com o Governo Federal exercendo seu papel diretamente pelo município ou Estado, atuando paralelamente com o ENAFRON, que, veremos na próxima subseção, imbuíu-se em diferentes programas e agendas das Forças Armadas Brasileiras.

## **2.4 A atuação das forças armadas do Brasil**

A atuação das Forças Armadas é definida conforme a política nacional, podendo englobar a garantia e ordem no país e se estreitando para missões internacionais. O leque de atuação das forças armadas abrange desde a vigilância territorial até mesmo questões sociais (como saúde e educação). No que diz respeito à atuação nas fronteiras, destacamos os programas abaixo:

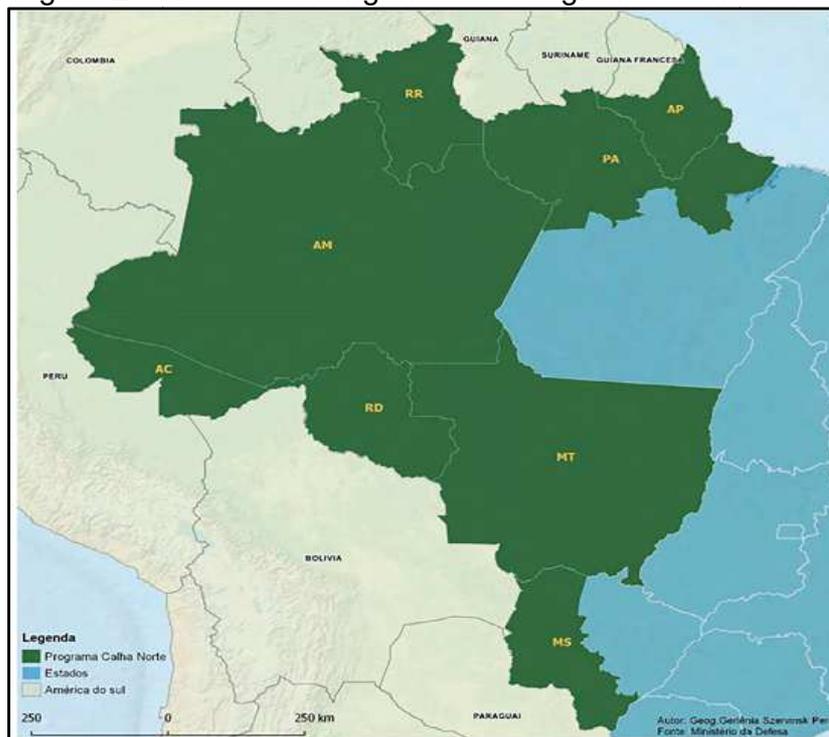
- **Programa Calha Norte**

O Programa Calha Norte surge no período de transição do regime militar para o civil do país, após vinte e um anos de administrações militares, criado em 1985

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

pelo Governo Federal, vindo de uma preocupação dos militares sobre o território amazônico, pois havia interesse internacional nesse território de reserva natural do país. Está desde 1999 sob controle do Ministério da Defesa e tem atuação soberana das Forças Armadas. Este programa abrange 379 municípios (Figura 2), no Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Roraima. Tem o auxílio de monitoramento terrestre e aéreo pelo Sistema de Proteção da Amazônia, que conta com uma alta infraestrutura tecnológica de radares, aeronaves e veículos motorizados aquáticos e terrestres. Além da defesa nacional, o programa também se caracteriza pelo desenvolvimento regional, dando assistência à população em diversos setores não atingidos pelo setor público originalmente, como saúde, educação e assistência social.

Figura 2 - Área de abrangência do Programa Calha Norte



Fonte: Brasil (2019)

- **Pelotões Especiais de Fronteira**

Integração do Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda e Secretaria da Receita Federal Nacional para a fiscalização e controle de criminalidade nas fronteiras.

Contemplam duas grandes operações, a Operação Sentinela coordenada pelo Ministério da Justiça, que consiste na atuação de órgãos federais de segurança

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

e a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, com atuação das Forças Armadas em pontos estratégicos da fronteira, ambas atuam no controle de crimes nas fronteiras, como narcotráfico, contrabando, crimes ambientais e atenção às imigrações. Abrange desde vigilância aérea a patrulhas em estradas e rios.

- **Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON)**

Maior projeto de vigilância brasileiro, criado pelo Exército, mas contando com o apoio da Marinha e Aeronáutica.

É um sistema de monitoramento terrestre-satelital (Figura 3) para a proteção das fronteiras brasileiras, e consiste em uma moderna tecnologia de “radares, softwares, sensores, comandos de controle fixos e móveis, armamentos, binóculos de visão termal, além de uma estrutura integrada de comunicação estratégica. A estrutura permite que as informações captadas pelos postos de vigilância cheguem em tempo real nos centros de operações, sejam interpretadas e usadas como suporte para a tomada de decisão. O sistema abrange toda fronteira do país e serve de grande auxílio nas tomadas de decisões das Operações Ágata.

Figura 3 - Abrangência do SISFRON



Fonte: Andrade; Lima (2018, p. 138)

Vimos nesta seção como se deu o processo de criação dos instrumentos de monitoramento das fronteiras brasileiras e as agendas correlatas, desde a implementação até o aparelhamento. A partir deste contexto, analisaremos na próxima seção como se deu o papel das Forças Armadas Brasileiras na contenção e na garantia da lei e da ordem na crise migratória haitiana e senegalesa a partir de 2010 no Estado do Acre.

### **3 O CASO DO ACRE: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA CRISE MIGRATÓRIA HAITIANA E SENEGALESA DOS ANOS 2010-2015**

A partir 2010, o Brasil começou a ser visto como centro das atenções com relação a um grande movimento migratório no país: a imigração de senegaleses e haitianos, estes últimos, representando a maior parte das migrações no período e chegando principalmente pelos estados amazônicos, sendo recebidos no Acre em um abrigo fornecido pelo poder público e construído pelo Exército Brasileiro dentro da égide lógica da Garantia da Lei e da Ordem. Em abril de 2014, o acampamento foi transferido para a capital acreana, onde funcionou temporariamente, por cerca de dois meses, em um parque de exposições e depois foi instalado oficialmente em uma chácara.

Segundo dados oficiais do Governo do Estado do Acre, em um período de cinco anos, até dezembro de 2015, contabilizou-se a passagem de 43.558 imigrantes pelo abrigo público do Acre, dos quais 37.864 eram haitianos (SEDS; SEJUDH, 2015), a função principal desse abrigo, foi acolher, orientar, documentar e preparar os imigrantes para possíveis vagas trabalho que surgissem pelos estados brasileiros.

Este foi o primeiro fluxo significativo de estrangeiros para o Brasil desde 1930, uma vez que o país permaneceu longo tempo sem renovação, pois o Censo de 2000 apontou que 38,4% dos imigrantes residentes no país apresentavam, à época da coleta de dados, mais de 65 anos (CAVALCANTI et al., 2014; MONTEIRO, 2015).

A migração de haitianos foi o assunto com maior espaço na mídia brasileira na época, esse fluxo migratório se deu por conta também de um grande sismo (Figura 4) em 12 de janeiro de 2010, que deixou 240 mil mortos, aproximadamente 1,5 milhão de desabrigados, reduziu a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, e foi sucedido por grave epidemia de cólera (GOMBATA, 2014).

Figura 4 - Mapa da área mais atingida pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010



Fonte: Statistiques Mondiales. République d'Haïti Statistique.  
Disponível em:<<http://www.statistiques-mondiales.com/haïti.htm>>.

Os imigrantes do Haiti, o país mais pobre da América e um dos mais pobres do mundo, segundo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, viram no Brasil um mercado de trabalho promissor na época, o que influenciou na decisão de escolha do país por parte dessas pessoas, porém há um outro fator principal dentre estes já citados, segundo alguns pesquisadores, o fator principal que levou ao ato de emigrar para o Brasil destes indivíduos foi a atuação estratégica brasileira no Haiti capitaneada pelas ações da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), gerida pelas próprias forças brasileiras (UEBEL, 2016; HANDERSON, 2015).

Durante o período de permanência das tropas brasileiras no Haiti, o contingente brasileiro se mostrou solidário e comprometido com a reconstrução do país, a Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), segundo dados do Ministério da Defesa e do site da companhia, atingiu os seguintes números: perfuração de 64 poços artesianos, remoção de 24.262m<sup>3</sup> de escombros, construção e reforma de mais de 230 instalações civis e militares, limpeza de 20.135m de valas, produção de mais de 360 milhões de litros de água potável, reparação de 815.905m<sup>2</sup> de estradas e a execução de 518.222 m<sup>3</sup> de terraplenagem, entre outros serviços importantes para reestruturação do país, sem

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

dúvida, uma grande demonstração de profissionalismo e compaixão pelo próximo, fatores também de grande influência e encorajamento para os haitianos escolherem o Brasil como destino e conseqüentemente, local para morar.

O início dessa busca de uma nova realidade e expectativa de vida começa pelo estado Acre e mais precisamente na cidade de Brasiléia (Figura 5), porta de entrada dos Haitianos que chegaram ao Brasil. O Acre recebeu mais de 43 mil pessoas, conforme informações a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos e a partir do ano de 2015, a quantidade de haitianos entrando no país foi se reduzindo, graças a disponibilização da confecção de vistos brasileiros na embaixada em Porto Príncipe, capital do Haiti, e a edição dos vistos humanitários.

Figura 5 - Antigo Sport Club Brasília, principal abrigo dos haitianos em Brasiléia/AC



Fonte: Lajúcia Cantuário/Prefeitura de Brasiléia

Durante a realização deste estudo, verificamos que o Acre encontrou muita dificuldade em controlar e receber esses imigrantes haitianos. Em Brasiléia por exemplo, houve superlotação no único ginásio da cidade e as condições do “refúgio” que abrigou os haitianos não era apropriadas a quantidade de imigrantes que chegaram na cidade.

Entramos em contato com a prefeitura de Brasiléia, através da Chefe de Gabinete Lajúcia Cantuário, que nos forneceu alguns dados referente a 2011 e com

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

relação a chegada de alguns haitianos e também, informações sobre atendimentos na rede municipal de saúde bem como fotos do abrigo em Brasília. Com o passar do tempo e cada vez mais imigrantes chegando ao Acre, esses imigrantes foram divididos em outros locais para que os abrigavam, em Rio Branco, uma chácara foi adotada como local para acolher os imigrantes, ao mesmo tempo e diariamente ônibus fretados os levavam para cidades como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, além de voos fretados pela Força Aérea Brasileira.

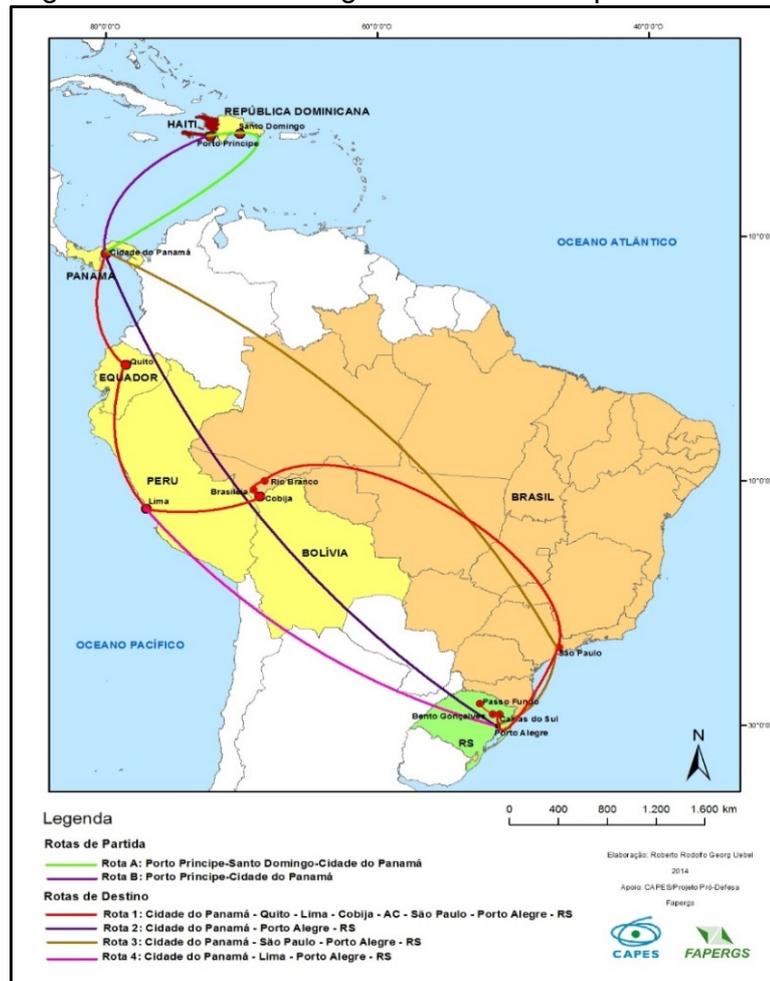
Estas cidades com novos abrigos e oportunidades de emprego se tornaram estratégicas para a redução da superlotação nos abrigos no Acre, uma vez que, em março de 2015, alegando dificuldades com pagamentos de espaços, locação de ônibus e não dispondo de condições para acolher os imigrantes que chegavam, o governo acreano solicitou que o Governo Federal assumisse a questão, sob a alegação de que a matéria migratória no país é de competência da instância federal (MACHADO, 2015).

Sobre a dispersão dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, de 2010 a 2015, esses tiveram aumento de 131% na presença no mercado de trabalho formal, passando de 54.333 em 2010 para 125.535 em 31 de dezembro de 2015, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) compilados por Uebel (2018).

Mesmo com esse crescimento, esses trabalhadores imigrantes representaram 0,5% da força de trabalho no mercado formal. As empresas que mais se destacaram nesse processo de contratação foram as do setor agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além das de construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, todas elas estabelecidas no Centro-Sul do país, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (MAMED, 2016).

É possível depreender deste contexto que a migração haitiana e senegalesa, representada pelos mapas das Figuras 6 e 7, recebe uma atenção subsidiária as Forças Armadas do Brasil, sobretudo o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira, no sentido duplo: a) prestação de serviços públicos de atenção, saúde e encaminhamento destes migrantes às suas novas cidades; e b) controle migratório, construção de abrigos e logística estatal.

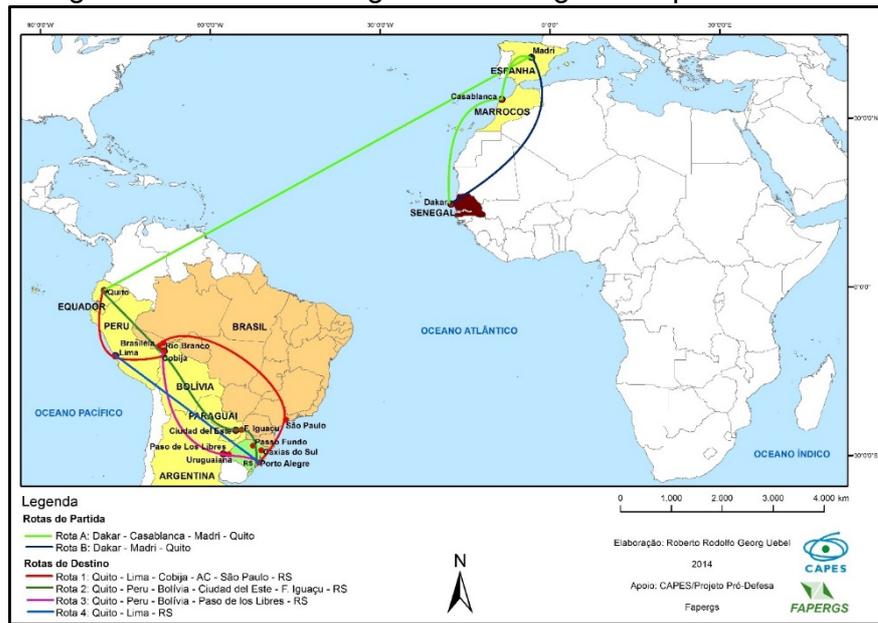
Figura 6 - Rota dos imigrantes haitianos para o Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores

Ademais, essa atuação subsidiária se deve a outros dois fatores: a) as rotas migratórias se darem justamente no Arco Norte de fronteiras, onde a atuação das Forças Armadas Brasileiras já corresponde a uma demanda de atenção social e de caráter público; b) a própria atuação prévia quando da MINUSTAH no Haiti e nas missões humanitárias da África, que segundo Uebel (2018), foram motivadoras, a partir da criação de uma imagem positiva do Brasil, para os referidos fluxos migratórios.

Figura 7 - Rota dos imigrantes senegaleses para o Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores

Isto posto, embora tenha se tratado, segundo a nossa observação, de uma atuação provocada pelo Governo Federal, as Forças Armadas tiveram papel preponderante na manutenção da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) quando dos influxos de haitianos e senegaleses, ainda que tal instrumental não tivesse sido arguido de forma oficial pela Presidência da República. O que salientamos aqui é que este know-how seria utilizado de forma característica, já com a GLO demandada no caso da imigração venezuelana no Estado de Roraima, que analisaremos na próxima seção.

#### 4 A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO CONTROLE FRONTEIRIÇO E MIGRATÓRIO DO BRASIL: A GARANTIA DA LEI E DA ORDEM EM RORAIMA E A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA

No mundo globalizado em que estamos inseridos tudo está conectado. As decisões de Estados soberanos afetam seus parceiros comerciais, os problemas regionais podem tornar-se continentais e por sua vez, com a crise humanitária migratória, esses processos intercalados, não serão exceções, o que acaba causando impacto a nações que são opções de escolha na busca por uma qualidade de vida melhor e quanto ao Brasil, abordaremos nesta seção, a crise

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

humanitária venezuelana e a atuação das Forças Armadas Brasileiras no controle fronteiriço e migratório.

São 2199 km de fronteira terrestre que separam o Brasil da Venezuela (Figura 8), a maioria dos estrangeiros venezuelanos se arriscam vindo a pé ao longo da BR-174, uma rodovia sem acostamento que liga Pacaraima a Boa Vista, sendo esse percurso conhecido como “Rota da Fome”, situação essa visivelmente aumentada com as crises políticas e sociais na Venezuela, desde 2016.

Figura 8 - Fronteira Brasil-Venezuela



Fonte: Arte elaborada pelos autores

Este complexo fenômeno traz desafios ao governo brasileiro, à sociedade e aos órgãos públicos no cumprimento da segurança física do Estado e das pessoas, portanto, objetivamos compreender as causas dessa problemática, as medidas tomadas pelo governo e a atuação das Forças Armadas na faixa de 150 km a partir da fronteira, área essa em que compreende as cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima (RR).

#### 4.1 A atuação das Forças Armadas

“Temer decreta uso das Forças Armadas em Roraima para reforçar a segurança. - Ministério da Defesa informou que o decreto tem validade de duas semanas. Estado enfrenta crise com a chegada de venezuelanos.” (MAZUI, 2018).

Segundo estimativas da Polícia Federal, entre 2016 e 2019, todos os dias chegaram em média cerca de 800 imigrantes ao Brasil através da fronteira, sendo o primeiro controle feito deste fluxo, em Pacaraima, por parte da atuação conjunta entre a Polícia Federal e o Exército Brasileiro. A atuação do exército nas áreas de fronteiras terrestres é crucial para a prevenção e repressão contra delitos transfronteiriços e ambientais de forma isolada ou em coordenação com outros entes estatais, conforme previsto no artigo 16-A da Lei Complementar nº 97/1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Logo após dez dias de conflitos entre brasileiros e venezuelanos em agosto de 2018, onde 1200 venezuelanos foram expulsos em resposta ao assalto e espancamento de um comerciante brasileiro local, segundo a polícia militar, foi decretado pelo presidente Michel Temer o uso das Forças Armadas em Roraima para garantir a segurança.

Realizada exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, a missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorre em casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem, agem de forma esporádica em área restrita e por tempo limitado com o objetivo de preservar a ordem, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições necessárias para evitar a desordem.

O então ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, acrescenta que o decreto teria validade de duas semanas podendo haver prorrogação conforme a necessidade. O decreto assinado em 28/08/2018 permitia que as Forças Armadas atuassem com poder de polícia no reforço às faixas de fronteiras Norte e Leste com a Venezuela, os militares também estariam em rodovias federais que atravessam o estado. Também é missão das Forças Armadas a garantia dos poderes constitucionais, atuar na manutenção da ordem em espaço e tempo delimitado, preservar o exercício da soberania do Estado e a indissolubilidade da Federação. Sua direção superior fica por conta do Ministério da Defesa (MD), que tem a incumbência de orientar, supervisionar e coordenar as atividades desenvolvidas pela instituição.

Nesse sentido, observou-se uma atuação coordenada distinta daquela ocorrida em anos anteriores no Estado do Acre, uma vez que agora um decreto previa os limites e responsabilidades das Forças Armadas, especialmente o Exército

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

Brasileiro, na condução do controle migratório e fronteiriço de Roraima ante os influxos de venezuelanos. Veremos nas próximas subseções um compêndio das operações específicas de atenção fronteiriça aos migrantes venezuelanos.

## 4.2 Operação Acolhida

As Forças Armadas atuam desde o ano de 2018 em Roraima, quando foi decretado pelo presidente Michel Temer o uso da força para a garantia da Lei e da Ordem na região amazônica. Atualmente elas administram 13 abrigos para imigrantes, onde 11 deles são em Boa Vista e outros 2 em Pacaraima, são no total 5.700 pessoas atendidas.

Em abril de 2018, o Governo Federal intensificou os processos de interiorização (Figura 9), levando imigrantes de Roraima a outros estados do país. No centro da triagem administrado pela Operação Acolhida, os venezuelanos são orientados sobre documentação, recebem atendimento médico e vacinação, a operação também conta com a participação da ajuda humanitária. Em nove meses quase 4 mil pessoas aderiram voluntariamente ao programa, sendo maior parte deles encaminhados a destinos como: São Paulo, Rio Grande do Sul e Amazonas.

Figura 9 - Imigrantes são levados aos estados de destino (processo de interiorização)



Fonte: Romério Cunha/Casa Civil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/mais-270-venezuelanos-serao-transferidos-para-outras-cidades-do-pais>>.

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

“A ideia é que a sociedade de Roraima consiga perceber que a Força Tarefa e a Operação Acolhida continuam prestando o melhor serviço, recebendo imigrantes, ordenando a fronteira realizando o acolhimento e a interiorização”. Declaração do Major Eduardo Milanez, porta-voz da operação.

A operação completou um ano no dia 23 de março de 2019, contando com mais de 5 mil venezuelanos distribuídos em 50 cidades e 17 unidades da Federação. O deslocamento dos beneficiários que aderiram ao programa, obteve ajuda do ACNUR, que oferece bolsas de auxílio temporário aos venezuelanos realocados e da OIM, que fretou o avião.

A estratégia de interiorização é coordenada por um subcomitê federal que envolve nove ministérios, entre eles o Ministério da Defesa que entra em articulação com os governos dos Estados e municípios receptores e organizações não governamentais (ONGs). Além do ACNUR e da OIM, outras agências da ONU diretamente envolvidas com a estratégia são o Fundo de População das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Juntas, essas organizações identificam locais de acolhida ao redor do país, realizam melhorias estruturais nos abrigos e conscientizam o setor privado sobre a absorção de mão de obra refugiada. A atenção especial é dedicada a mulheres, crianças e grupos mais vulneráveis.

O principal objetivo de toda a operação é reduzir o impacto da chegada dos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, permitindo que tenham novas oportunidades de integração e ingresso no mercado de trabalho, recomeçar suas vidas e contribuir para o crescimento das novas comunidades de acolhida. No tocante aos interesses do Estado, essas ações otimizam nossa segurança ontológica, pois nossa identidade social será mantida. As Figuras 10 e 11 ilustram a chegada dos militares brasileiros em Pacaraima e a instalação dos abrigos para os imigrantes e refugiados, respectivamente.

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

Figura 10 - Chegada dos primeiros militares brasileiros em Pacaraima (RR)



Fonte: Sd Fuzaro/Exército Brasileiro. Disponível em: <<https://bit.ly/31DzMsi>>.

Figura 11 - Imigrante venezuelana em um dos abrigos administrados pela operação



Fonte: Avener Prado/Folha Press. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/interiorizacao-de-venezuelanos-tera-hub-em-campinas.shtml>>.

### 4.3 Integração Acolhida

Promovida pela Força-Tarefa Logística Humanitária no estado de Roraima - Operação Acolhida - promove a inclusão de imigrantes venezuelanos por meio do futebol, com objetivo de levar qualidade de vida aos imigrantes, promover intercâmbio cultural e afastá-los das drogas e da criminalidade. O evento conta com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Organização Internacional para as Migrações, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

e o Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF), sendo coordenada pelo Exército Brasileiro.

#### **4.4 Longa crise venezuelana**

Há mais de 15 anos, a Venezuela enfrenta crises políticas, econômicas (isolamento internacional e desvalorização do Petróleo, principalmente) e sociais, vivendo em colapso, onde até mesmo itens básicos para a higiene são escassos. Em abril de 2019, diversas interrupções no fornecimento de energia e água ameaçaram uma catástrofe sanitária, segundo a ONG norte-americana Human Rights Watch, a saúde dos habitantes está sob emergência humanitária complexa.

Em retaliação à ajuda humanitária norte-americana, Nicolás Maduro manteve a fronteira da Venezuela com o Brasil fechada por 78 dias, cuja abertura só foi possível graças à coordenação dos contatos locais entre oficiais do Exército Brasileiro e das Forças Armadas Bolivarianas da Venezuela.

#### **4.5 Impactos sociais em Roraima e Boa Vista**

O aumento do fluxo de pessoas que já equivale a quase 10% da população do estado conforme IBGE afetou a saúde e a segurança das cidades, gerando reclamação de brasileiros. Dentre os impactos destacam-se:

- Epidemias de Sarampo: cerca de 355 casos confirmados. Em janeiro de 2019 a doença também se alastrou para o Amazonas, obtendo mais de oito mil notificações. O controle sanitário e imunológico, segundo as nossas observações, foi realizado por militares do Exército Brasileiro nos hospitais de campo criados em Pacaraima.

- Súbito aumento do comércio irregular e do contrabando entre as cidades de Pacaraima (RR) e Santa Elena do Uiarén (Venezuela), cuja fiscalização ficou sob orientação do Exército Brasileiro e da Receita Federal.

- Aumento de posturas xenofóbicas por parte de brasileiros, cujas manifestações são controladas e contidas por meio da GLO das Forças Armadas presentes em Pacaraima.

- Em 2014, 760 venezuelanos atendidos na rede pública de saúde e cerca de três anos depois, segundo dados da Secretaria de Saúde de Roraima, o número é

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

de 15.055, cujos atendimentos foram realizados por militares das três Forças Armadas Brasileiras.

Apesar de ser duramente criticado por ativistas dos Direitos Humanos e por setores ligados aos movimentos sociais, o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6815/80) permaneceu vigente por quase vinte anos até que uma nova lei fosse elaborada. A ocasião ocorreu porque tanto a lei quanto a sociedade, tinham uma visão tradicional e discriminatória ao migrante, enxergando-o como elemento estranho. De acordo com o art. 12 da Lei n. 9474/97, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é o órgão competente a analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância da condição de refugiado, o indivíduo deve ter fundados temores de perseguição no seu país de origem. Entretanto existem outros fatores e motivações que forcem as pessoas a migrarem, que não a perseguição.

Foi essa soma de fatores e lacunas legislativas não preenchidas que dão origem a atual Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) que desde o dia 20 de novembro de 2017, revogou o defasado Estatuto do Estrangeiro. A comissão que participou de sua elaboração buscou garantir os direitos humanos dos migrantes, afastando a herança do princípio da segurança nacional e solucionar as demandas dos fluxos migratórios atuais no Brasil, a nova lei também destaca a acolhida humanitária, a não criminalização da imigração e a promoção da entrada regular e da regularização documental, bem como assecuração de seus direitos fundamentais.

As instalações de abrigos semipermanentes foram fundamentais para retirar os venezuelanos das ruas e praças, uma vez que os três abrigos existentes em Boa Vista, por exemplo, já estavam superlotados., tornando o lugar, foco de doenças, consumo de drogas, prostituição e aumento da criminalidade.

Contudo, as críticas por especialistas, ao governo, são quanto ao *modus operandi*. Existe a atuação do Ministério da Defesa e órgãos de segurança pública e ausência do Ministério dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Saúde e da Educação, por exemplo. Sendo assim, observou-se uma contradição no discurso e na prática pois, o discurso buscava um viés humanitário, mas na prática, revelou-se ser um viés de segurança nacional. Entretanto, a atuação das Forças Armadas Brasileiras foi fundamental para que se processasse a manutenção da ordem mínima e evitação da anomia social em Roraima.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central deste artigo foi apresentar uma breve análise crítica do papel das Forças Armadas Brasileiras no controle fronteiriço e migratório do Brasil à luz de dois cenários estaduais distintos - Acre e Roraima - e sob o contexto de três fluxos migratórios: haitianos, senegaleses e venezuelanos. Ademais, nos propusemos a tecer uma síntese do processo de formação e implantação dos principais instrumentos de controle das fronteiras brasileiras.

Neste contexto, identificamos que a construção de instrumentos e sistemas como o ENAFRON, SISFRON e as operações Ágata e Acolhida, por exemplo, surgiu em um ambiente de plena cooperação institucional entre as Forças Armadas Brasileiras e demais ministérios do Governo Federal, sobre a centralidade do Ministério da Defesa, que celebra vinte anos em 2019, bem como em cooperação com as esferas do Poder Público nos Estados e municípios.

Este processo de cooperação ficou evidente nos casos dos controles migratórios do Acre e Roraima, uma vez que se constatou a inexistência de um aparato municipal ou estadual que fosse capaz de acolher centenas de migrantes em um espaço de tempo hiperdinâmico e que ao mesmo tempo fosse garantidor da Lei e da Ordem, da segurança nacional e da proteção da sociedade civil no que se refere à segurança pública e sanitária, ainda que estas não sejam objeto e competência das Forças Armadas Brasileiras.

Isto posto, inferimos que no caso acriano, a participação do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira foram essenciais na questão logística e de infraestrutura primária, isto é, a rápida construção de abrigos improvisados em Brasília e Rio Branco e a disponibilidade imediata de veículos, caminhões e aeronaves para o transporte de imigrantes e materiais, dada a inexistência ou escassez de tais recursos por parte dos entes municipais e estaduais.

Já no caso de Roraima, a atuação se deu de forma coordenada a partir das orientações do Ministério da Defesa e de caráter subsidiário e complementar às atuações de organismos internacionais como o ACNUR e a OIM, além da atenção direta à sociedade civil - como a segurança pública - e ao público imigrante venezuelano - atenção em saúde, auxílio na construção dos abrigos, transporte da interiorização e auxílio no controle migratório da Polícia Federal e alfandegário da Receita Federal, bem como um elemento de diplomacia, dadas as intempéries do

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

Ministério das Relações Exteriores com o regime ditatorial de Nicolás Maduro e do autoproclamado presidente interino Juan Guaidó.

Em síntese, percebeu-se uma mudança no padrão de atuação das Forças Armadas Brasileiras entre os dois períodos estudados nos dois Estados, embora o *know-how* seja advindo, conforme já mencionado, da liderança brasileira na MINUSTAH e nas missões humanitárias na África, que, por conseguinte, também influenciaram na construção de uma imagem acolhedora e positiva do Brasil como país de destino para os próprios haitianos, senegaleses e venezuelanos.

O primeiro movimento foi de uma demanda a partir do Estado brasileiro para com as Forças Armadas na atuação no Estado do Acre, haja vista a insuficiência de recursos humanos, logísticos e materiais daquele Estado e seus municípios e a hiperdinâmica migratória, que também limitou a atuação dos entes da Polícia Federal e da Receita Federal. Naquele contexto, portanto, é possível afirmar que as Forças Armadas Brasileiras agiram como remediadoras da anomia circunstancial e, ainda que subjetivamente e extraoficialmente, garantidoras da Lei e da Ordem.

Já o segundo movimento, no Estado de Roraima, a atuação das Forças Armadas Brasileiras se deu a partir de um protagonismo, centralização e coordenação das operações, permitindo que decisões e agendas multisetoriais, desde a aplicação de vacinas de sarampo em crianças venezuelanas até a negociação com militares venezuelanos para a abertura temporária da fronteira visando o retorno de brasileiros que estavam na Venezuela, o que permite afirmar uma mudança de comportamento, agora sustentado na edição de decretos da GLO.

Assim, concluímos que as Forças Armadas Brasileiras apresentam um papel estratégico de complementaridade e substituição de funções atribuídas originalmente às demais instituições civis do Estado Brasileiro no trato migratório e fronteiriço, avançando não apenas as questões de manutenção e proteção da soberania territorial brasileira, mas também de acolhimento de imigrantes e refugiados, proteção à sociedade civil e garantia da ordem pública.

Isto posto, infere-se o papel soberano e democrático da Garantia da Lei e da Ordem como instrumento não apenas de contenção estratégica, mas também de sustentação social, democrática e política do Brasil em cenários de anomia migratória e fronteiriça, motivados por razões externas e além do Estado Brasileiro.

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Israel de Oliveira; LIMA, Raphael Camargo. Segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa (Org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p. 111-150.

BARBALHO, Bruno Gonçalves de Souza et al. Política de Fronteira e Defesa Nacional. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 12., Brasília, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Área de atuação do Programa Calha Norte**. 2019. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte/area-de-atuacao-do-programa-calha-norte>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Projeto pedagógico de curso de enfrentamento ao tráfico de pessoas para o Plano Nacional de Fronteira - ENAFRON**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/formacao-em-etp/anexos/proj-pedag-enafron.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo et al. A Inserção dos imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, 2014. Disponível em: <<https://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2014/11/relatorio-parcial-a-inserc3a7ao-dos-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

GOMBATA, Marsílea. **Haiti - 10 anos de Minustah**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/autores/haiti/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

HANDERSON, Joseph. Diáspora, sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0051.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

MACHADO, Altino. **Com débitos e abrigo superlotado, AC quer que governo federal assumira imigrantes**. Blog do Altino Machado, Rio Branco (AC), 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2015/03/com-debitos-e-abrigo-superlotado-ac.html>>. Acesso em: 28 maio. 2019.

MAMED, Letícia Helena. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 73-111, 2016. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2636/2046>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MAZUI, Guilherme. **Temer decreta uso das Forças Armadas em Roraima para reforçar segurança**. G1, Brasília (DF), 28 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/08/28/temer-decreta-uso-das-forcas-armadas-em-roraima-para-reforcar-seguranca.ghtml>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UEBEL, R. R. G.; RALDI, A.; GODINHO, B. P.; SILVA, D. J. P.; LEITE, M. B.; OLIVEIRA, S. G. Migrações e fronteiras no Brasil: o controle fronteiriço e migratório das forças armadas no Acre e Roraima e os casos da imigração haitiana, senegalesa e venezuelana. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 61-86, jun. 2020.

MONTEIRO, Solange. De braços abertos? **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, mar. 2015. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageld=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C54ADE6252014C24446B5B0BF6>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

PÊGO, Bolívar et al (org.). **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. Brasília: Ipea, 2017.

SANTOS, Gleice Aguilár dos. Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras: um debate recente. **Revista Movimentação**, Dourados, v. 2, n. 1, p.50-61, 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/viewFile/3474/2160>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ACRE (SEDS/AC). SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO ACRE (SEJUDH/AC). **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre. Rio Branco (AC)**. Rio Branco: Governo do Acre, 2015.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A mudança da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 47, p. 22-43, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9562>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Política externa migratória brasileira**: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. 2018. 629 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/188410>>. Acesso em: 11 jun. 2019.